



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM PSICOLOGIA

CARLOS ALAN RODRIGUES DIÓGENES

RURALIDADES: Um ensaio teórico do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no Ceará

Icó – CE

2022

CARLOS ALAN RODRIGUES DIÓGENES

RURALIDADES: Um ensaio teórico do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no Ceará

Artigo científico submetido à disciplina de TCC II, do Curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Me. Tadeu Lucas de Lavor Filho.

CARLOS ALAN RODRIGUES DIÓGENES

RURALIDADES: Um ensaio teórico do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no Ceará

Artigo científico aprovado em ____/____/_____, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

BANCA EXAMINADORA:

Me. Tadeu Lucas de Lavor Filho

Orientador

Dra. Maria Eniana Gomes Araújo Pacheco

Avaliadora

Me. Isabela Bezerra Ribeiro

Avaliadora

Icó – CE

2022

AGRADECIMENTOS

Chegamos até aqui...e uso o plural porque a jornada é sim coletiva. Há cinco anos não fazia ideia de como era possível mudar como ser humano, cursar Psicologia me possibilitou isso, hoje, saio com a crença de que a mudança é única constante em nossas vidas e que nessa jornada somos atravessados e atravessamos pessoas, contextos e realidades...nesse processo há pessoas a quem devo agradecer, então registro aqui minha gratidão:

A minha mãe, primeiro pela mulher que ela é, segundo pela pessoa que ela se tornou e por tudo que ela representa para mim. Se sou conhecido por ter um olhar mais crítico sobre as coisas, é a ela que devo agradecer. Minha mãe é meu maior exemplo de pessoa, costumo dizer que, espero um dia me tornar um homem do terço da mulher que ela é. Ela simboliza para mim não apenas carinho, afeto e cuidado, mas perseverança, resistência e inquietude, minha mãe foi e é uma mulher à frente de seu tempo e eu pretendo honrar seu legado e seus ensinamentos. Imprimo em tudo o que eu faço um traço dela, pois eu também sou um traço dela, toda minha gratidão, admiração e carinho vão para Antonia de Lima Rodrigues, minha amada e estimada mãe. E ao reconhecer o valor dela, ressalto minha família que foi essencial em todos os meus momentos, meus irmãos Luan e Ítalo, meu sobrinho Arthur e minha cunhada Lauíne.

A Tadeu Lucas de Lavor Filho, gostaria de registrar um carinho todo especial, Tadeu foi, nesses meses intermináveis, um sopro de esperança. Ouso dizer que Tadeu foi imprescindível para o meu crescimento acadêmico, intelectual e pessoal. Sua sensibilidade, carinho e afeto são marcas registradas e reconhecidas por todos que tem o prazer de estar com ele. Tadeu tornou-se mais que um orientador, mais que um professor...um amigo. Obrigado por tudo e por tanto.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos a cada professora e a cada professor que tive o privilégio de conhecer ao longo desses 5 anos. Foram vários, alguns, tenho a felicidade de dizer, tornaram-se, para mim, mais que professores; tornaram-se amigos. Cito aqui alguns bastante estimados: Tadeu, Sandra, Thamires, Aparecida, Isabela, Najara, Kécya, Meury Gardênia, Viviane, Otácio, Geraldo, Carol, Adriana, Erick, José e Rafaela.

Gostaria também de agradecer a amigas e amigos que são muito estimadas/os e que contribuíram para chegar até aqui: Jéssica Dias, Emanuelle Grace, Conceição Pereira, Antônio José, José Maria, Cláudia Andrade, Maria das Graças, Lúcia Queirós, Juliana Diógenes, Vladênia Bezerra, Luana Vieira, Livia Moreira...entre tantos outros que não tenho como mencionar, nossas conversas foram enriquecedoras, vocês são enriquecedores.

Não posso encerrar sem agradecer a aqueles que estiveram comigo em todos os momentos, bons e não tão bons, e que nesses últimos 5 anos, pudemos provar o valor e a amizade que cada um representa em nossas vidas: Júnior Pereira, o Junín; Flavia Nogueira, a rainha do abacaxi; Gabriele Costa, a blogueirinha; Révyllle Marinheiro, a bebezinha; Victor Manoel, o Xuxa; Mateus Araújo, o Mateus da Ladeira; Jonatan Silva, o pirilampo, que mesmo longe, mora em meu coração... a vocês eu digo, essa jornada não foi solitária, estiveram, estão e estarão sempre comigo.

RURALIDADES: Um ensaio teórico do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no Ceará

Carlos Alan Rodrigues Diógenes¹

RESUMO

O presente trabalho discute sobre a construção da identidade comunitária e sobre os impactos psicossociais do processo de desintegração comunitária, compreendendo este como um processo de opressões sociais que causa sofrimento ético-político nas populações vulnerabilizadas que habitam nos campos rurais do Ceará. A construção das ruralidades, entendendo que o espaço rural é múltiplo e dinâmico, não estático e uniforme como pregam os discursos do biopoder. As contribuições da Psicologia Social e Comunitária no enfrentamento aos desafios impostos às comunidades rurais. Resgatar o processo de integração comunitária de moradores dos reassentamentos rurais no interior do Ceará, em detrimento da construção do Açude Castanhão no estado. Discutir os tensionamentos do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no Ceará. Este estudo é do tipo ensaístico, que diz sobre um método de como são apreendidos novos conhecimentos - científicos ou pré-científicos -, não sendo um instrumento da identidade dualista entre sujeito/objeto, mas um meio para captar a realidade, sem dogmatizar em métodos ou sistemas fechados na compreensão dos objetos

Palavras-chave: Psicologia. Ruralidades. Sofrimento Ético-Político. Identidade Social.

RESUMEN

El presente trabajo discute la construcción de la identidad comunitaria y los impactos psicossociales del proceso de desintegración comunitaria, entendiéndolo como un proceso de opresión social que provoca sufrimiento ético-político en poblaciones vulnerables que viven en el campo cearense. La construcción de ruralidades, entendiendo que el espacio rural es múltiple y dinámico, no estático y uniforme como predicam los discursos del biopoder. Los aportes de la Psicología Social y Comunitaria frente a los desafíos impuestos a las comunidades rurales. Rescatar el proceso de integración comunitaria de los habitantes de los reasentamientos rurales del interior de Ceará, en detrimento de la construcción de la Represa de Castanhão en el estado. Discutir las tensiones del proceso de integración comunitaria y el sufrimiento ético-político en comunidades rurales afectadas por represas en Ceará. Este estudio es de tipo ensayo, que habla de un método de aprehensión de nuevos conocimientos -científicos o precientíficos-, no siendo un instrumento de la identidad dualista entre sujeto/objeto, sino un medio para captar la realidad, sin dogmatizar en métodos o sistemas cerrados en la comprensión de objetos

Palabras clave: *Psicología. Ruralidades. Sufrimiento Ético-Político. Identidad Social.*

1 INTRODUÇÃO

A construção de barragens, como em Nova Jaguaribara, no interior do Ceará, por exemplo, criou impactos socioambientais e culturais nas comunidades – urbanas e rurais – atingidas pelas águas do reservatório Açude Castanhão. Contudo, o que se apresenta entre essas zonas acentua-se, quando exploramos a construção da integração comunitária em áreas rurais de povos reassentados e seus impactos psicossociais ao longo desse processo de desapropriação, apagamento histórico-cultural e identitária, em prol da construção de reservatórios que, sequer, servem para suas subsistências, em alguns casos.

O interesse desta pesquisa surge pelo desejo de investigar como as comunidades rurais são atravessadas pelo processo de integração comunitária após o reassentamento de moradores de áreas alagadas. Pois, conforme aponta Oberg (2018, p. 710) “o entendimento sobre o viver em comunidade implica testemunhar a cultura em que vivemos e problematizar as diversas formas como os homens estão construindo os seus vínculos”.

Cerceados pelo viés progressista do neoliberalismo, ao campo e às áreas rurais, como um todo, dá-se a visão limitada do atraso, da incultura e da inciência. Para Pacheco, Martins e Bonfim (2020), torna-se necessário o resgate histórico das lutas por acesso à água e à terra pelas comunidades rurais, sendo o espaço rural diverso e multidimensional. Salientar a forma como cada espaço tem resistido ao processo de apagamento histórico das tradições culturais, hábitos e costumes seria uma reafirmação da identidade desta comunidade (resistência).

Para Pacheco, Martins e Bomfim (2020), uma das questões mais importantes para se iniciar uma luta/reivindicação é ter os objetivos desta muito bem definidos. Aquilo que se busca atingir deve ser a questão orientadora de todo e qualquer movimento revolucionário, para isso, trabalhar a consciência coletiva das populações rurais atingidas deveria ser a ação primária na busca pela redução das desigualdades e dos sofrimentos éticos-políticos.

A pesquisa parte da hipótese de que houve um processo de desintegração comunitária em comunidades rurais, em razão do reassentamento de moradores de áreas alagadas, devido à construção de barragens, causando um sofrimento ético-político e uma ruptura da identidade comunitária das populações locais. Para Sawaia (1999, p. 106), “o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas”.

As dores cotidianamente infligidas pelas classes sociais dominantes às minorias, diz sobre como se dá o entrelaçamento das organizações sociais e a manutenção das dinâmicas de poder. Ser socialmente tratado como inferior, desprovido de valor, subalternizado e colocados à margem social revela a tonalidade ética da convivência cotidiana, aprofundando o abismo

de desigualdades sociais que, historicamente, estruturaram-se no imaginário social, sobretudo no que cerne às comunidades rurais. O medo da desapropriação de seus modos de vida, cultura e costumes coloca às pessoas dessas áreas em processo de desintegração comunitária (SAWAIA, 1999).

De acordo com Cavalcante & Elali (2011), apropriar-se de um determinado espaço significa, também, exercer domínio sobre ele, mesmo quando esse domínio não passe pela posse legal daquela área. É justamente no ato de apropriar-se deste espaço que podemos formar, dialogicamente, a construção de nosso ser, da nossa subjetividade. Só damos significado quando nos faz sentido, para pertencer é preciso ter sentimento de pertença. Justamente aqui, habita a fragilidade causada pela desintegração comunitária.

É visando explorar o campo da integração comunitária de povoados atingidos por barragens que, nesta pesquisa, apostamos na tentativa de lançar um novo olhar sobre um fato social que alterou a vida de dezenas de famílias, mudando não só seus espaços geográficos, mas seus modos de viver; onde antes o vínculo com a terra, para a produção de alimentos, algo que era essencial para suas sobrevivências e que dignificava sua existência, e que hoje, sem essa possibilidade, como ressignificar os modos de existir e, sobretudo, de resistir.

Resistir às opressões e violências que as maiorias, que concentram monopólio capital e político no sistema neoliberal, onde a lógica de consumo e descarte não fica restrita a bens descartáveis, mas a corpos humanos. Podendo ser alienados de suas vidas de acordo com o interesse destes, sem prévia justificativa e alheios aos protestos das minorias. É preciso que os campos de estudo da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária - as situações de vulnerabilidade às quais estão expostas as comunidades rurais - precisam ser (re)pensadas a partir do ponto de vista decolonial. Com isto, o objetivo deste ensaio teórico tratou de discutir os tensionamentos do processo de integração comunitária e sofrimento ético-político em comunidades rurais atingidas por barragens no interior do Ceará.

Desse modo, o ensaio está estruturado na Revisão de Literatura em que é apresentado o que tem sido discutido sobre a temática por outras/os autores. A seguir, é apresentado a definição de ensaio teórico na Metodologia e posteriormente os Resultados e Discussões contemplando o objetivo do artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA EM ESPAÇOS DE RURALIDADES

Muitas vezes colocada como “inimiga do progresso” à comunidade rural, foi historicamente posta como oposta à sociedade. Pacheco, Martins e Bonfim (2020, p. 186) apontam que o Estado “nas propostas de transformar os ambientes, observa-se que, além de privilegiar as classes mais ricas, as classes pobres são afastadas de suas comunidades, são desapropriadas”. Os eventos históricos que levaram a desapropriação das comunidades estão engendrados nas ações de “compensação” para a zona urbana, enquanto que a rural não foi cogitada com relação aos impactos que a construção dos reservatórios causariam.

Para Moreira e Gaviria (2002), seria impossível conceber as diferentes noções de rural e ruralidade sem remeter à proximidade com a natureza - solo, terra e ecossistemas. A associação/assimilação do meio rural com o meio ambiente transcende politicamente a situação da compreensão rural contemporânea, pois, sustenta-se na importância que a natureza tem adquirido para as populações urbanas, rompendo com a noção dicotômica de categorias opostas em relação às populações rurais, onde estas eram tidas como atrasadas, enquanto que as urbanas como modernas, passam a firmar-se em valores de cunho ambiental e cultural.

Entendendo que as pessoas não são sujeitos dados - acabados -, mas que, constituem-se e desenvolvem-se a partir de seus contextos históricos e culturais, o processo de construção do ser humano ganha relevo desenvolvendo com singularidade seu processo de humanização nos espaços que habita, permitindo que, protagonize ontologicamente a formação de sua história. Quando (re)inseridos em contextos, de modo crítico e ativo no seu processo de transformação que dá-se em si mesmo (OLIVEIRA, *et al.*, 2008).

Intrinsecamente ligada à produção de sofrimento, a realidade econômica desfavorável que comunidades rurais enfrentam ao tentarem acessar serviços básicos, como saúde, educação, saneamento, trabalho, transporte e demais direitos, contribui para acentuar as situações de vulnerabilidades que a população rural atravessa em seu viver (LEITE, *et al.*, 2017). Ponto que também pode ser apontado no reassentamento onde os serviços eram inicialmente escassos e de difícil acesso, hoje houve alguns pontos de avanço como saúde e educação, mas não dos demais.

Homogeneizar comunidades acaba promovendo uma distância cada vez maior entre aqueles que gozam de privilégios e aqueles em situações de vulnerabilidade, como é o caso das comunidades rurais, não havendo uma "essência universal" sobre o conceito de comunidade. Não basta apenas que os serviços básicos sejam ofertados aos moradores, é preciso estar atento à qualidade destes, devem estar adaptados às necessidades e às condições, o que não tem a preocupação das classes de monopolização política e econômica (OBERG, 2018).

Sawaia (2001) nos alerta sobre o perigo de fetichizar a exclusão social de comunidades vulnerabilizadas. O que percebe-se no Brasil das últimas décadas não é uma exclusão propriamente dita, mas uma política de inclusão precarizada e marginalizante, comprometendo a forma como os indivíduos constroem sua dignidade e humanidade a partir do ponto de vista moral e político nas dinâmicas do biopoder que tem causado fraturas sociais de difícil cicatrização. Onde o “sucesso” da política monetária vigente nas culturas neoliberais é sucatear e subalternizar as políticas sociais e de reparação histórica. Em um país como o nosso de desigualdades estruturais, as classes dominantes pretendem “segregar, confinar, em verdadeiro *aperteid*, entre classes, um crescente distanciamento e incomunicabilidade” (SAWAIA, 2001, p.23).

As forças assimétricas da disputa hegemônica entre as classes dominantes e as comunidades subalternizadas, sendo que as primeiras dispõem de mais recursos econômicos e políticos, internalizam e acentuam as diferenciações entre as zonas - urbana e rural - já existentes. Esse processo desconfigura a ideia primária de construção de um reservatório para abastecimento humano, vez que, a forma ditatorial de implementação das barragens, reforça os ideais coloniais do “progresso pelo progresso” desconsiderando os malefícios humanos, ambientais e culturais que sua construção possa acarretar (LIMA, 2008).

Lima (2008, p 06), aponta que “o investimento na criação de um discurso que tem entre seus objetivos os esforços de apagar os rastros criados pelos moradores no espaço atinge situações dramáticas na vida de cada morador e em cada pequeno pedaço de terra onde é investido sentimento” - narrativa criada na época da demolição e transição da cidade de Nova Jaguaribara no interior do Ceará, por exemplo. Em discurso, a promessa era de uma “Nova Jaguaribara”, uma terra prometida, farol de desenvolvimento e crescimento econômico para a região, o que, não se concretizou ao longo dos anos que sucederam a transição.

2.2 PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DA DESINTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA EM ZONAS RURAIS

Em 1970 houve uma ruptura com o modelo polarizado de compreensão das comunidades como sendo “passivas e estáticas”. Tal rompimento deu-se devido ao surgimento do modelo latino americano da Psicologia que focava nas práticas comunitárias. Os moldes de atuação passaram a perpassar pela compreensão do modelo de sustentação da transformação e dos movimentos sociais, priorizando a perspectiva ético-política do fazer na Psicologia (OBERG, 2018).

Lane (1994, p. 8), coloca que “assim como não existem duas árvores iguais, também não existem dois organismos iguais.” Tendo cada ser humano e, por conseguinte, cada espaço que este ocupa, características singulares, estando a construção de cada organismo sujeita a sua interação com o ambiente/espaço que se insere. Estímulos diferentes desencadeiam reações diferentes em cada indivíduo. Nesse sentido, torna-se muito difícil entender comportamentos humanos sem considerar seus componentes sociais, estudando a Psicologia Social “a relação entre o indivíduo e a sociedade.” (LANE, 1994, p. 10).

Contudo, no campo da Psicologia Social Comunitária, que tem grandes contribuições para a compreensão dos desafios das comunidades social e economicamente desfavorecidas, ainda há uma enorme lacuna na contribuição desta no que diz respeito às ruralidades, bem como, os processos psicossociais e identitários nas comunidades rurais (DANTAS, *et al.*, 2018). Mesmo após uma crescente na produção científica para essa temática, ainda é preciso uma maior qualificação para que as comunidades rurais não sejam compreendidas apenas pela ótica um Psicologia centralizadamente urbana.

De acordo com Duarte e Sbardelotto (2021), o psicossocial deve abranger as múltiplas dimensões - física, social, psíquica, material, espiritual e simbólica. Não podendo restringir-se apenas ao campo da Saúde Mental, como vem sendo apresentado em muitas discussões da literatura. No tocante às ruralidades, as dimensões ambientais e culturais também devem ser consideradas para a compressão integral desse contexto.

Para lidar com as problemáticas psicossociais que surgem desse processo de violação de direitos, através da desintegração comunitária, é preciso trabalhar de forma articulada e conjunta com a rede socioassistencial abordando as dificuldades que chegam à comunidade com uma perspectiva holística (LEITE, *et al.*, 2017). Bem como a dificuldade das comunidades acessarem serviços como CRAS, CREAS e CAPS, etc.

A compreensão das vulnerabilidades que atravessam comunidades violadas em prol do desenvolvimento capitalista, como no caso dos reassentados para a construção de barragens, não pode ser contida apenas pela ótica biomédica para não tender a compreendê-los por um prisma individualizante e focado no apoio clínico - psicológico e/ou psiquiátrico -, o que seria uma redução do cuidado, que ao invés de coletivo, como é proposta, passaria a ser individualizante e desconsideraria as vulnerabilidades estruturais, eximindo o Estado de intervir e desconsiderando os aspectos sociais como fatores psicossociais (DUARTE e SBARDELOTTO, 2021).

Dantas, *et al.* (2018, p. 7) afirma que:

É fundamental considerar as especificidades que marcam as áreas advindas de luta por terra e mobilizadas por movimentos sociais com fins de reforma agrária, como os assentamentos rurais. Desse modo, além de atentar aos efeitos políticos e subjetivos decorrentes da luta dos trabalhadores rurais, é necessário compreender os processos históricos, sociais, culturais e políticos em torno da questão agrária no Brasil, possibilitando a produção de conhecimento atento aos determinantes macro e micropolíticos que atravessam o contexto rural.

Considerando que a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi de suma importância na compreensão das dinâmicas do biopoder, que atravessam a construção e a transposição das comunidades e dos moradores, entendendo que o esforço empregado pelos autocratas na tentativa de mascarar o real sentido da desapropriação de centenas de famílias, era justamente ocultar os movimentos sociais de resistência e oposição à construção da Barragem que Lima (2008), afirma que o MAB tem sido significativo para criação de novas lideranças, sobretudo, nas zonas rurais.

Lima (2008), estabelece ainda que o MAB foi e é responsável pela chancela do “social”, no processo de surgimento de novas lideranças, apoiando e assessorando os atingidos, vez que, no projeto inicial de compensação pela demolição da cidade de Nova Jaguaribara no Ceará, para a construção da barragem, o Governo não previa as zonas rurais que seriam atingidas, apenas a construção da cidade e o desvio da BR-116. O MAB complexificou a vida política na região, na busca de romper com as concepções coronelistas que vigoram entre aqueles que tomam as decisões e que sucateiam os modos de viver dos atingidos.

É necessário considerar a diversidade de grupos que compõem os povos rurais, uma vez que, na visão do neoliberalismo, todos devem ser unificados, para que a precarização de direitos seja efetivada. Exigir o reconhecimento de diferentes níveis de necessidades e situações vulnerabilizantes em suas condições de vida, organização sociopolítica, meios de trabalho, integração comunitária e até mesmo as formas de adoecimento é exigir que o rural não seja reduzido ao espaço físico, de produção de sobrevivência, mas de produção de vida, interação e expressão cultural (DANTAS, 2018).

Duarte e Sbardelotto (2021), apontam que, as estratégias comunitárias que consideram a participação da comunidade em todas as fases de decisões é fundamental para o fortalecimento da potência social, impulsionando as mudanças de perspectivas destas. A comunidade não é, apenas, um conceito político ou simbólico, mas sim, um conceito histórico, cultural e psicológico, que surge através das relações psicossociais cotidianas dos moradores de determinados espaços (GÓIS, 2005).

Moreira e Gaviria (2002) revelam o caráter heterogêneo da ruralidade, entendendo-o como um processo dinâmico de interação entre grupos sociais diferentes. As esferas sociais nele envolvidas, não se atravessam das mesmas formas pelas mesmas questões, se estabelece em ambiências que não tem, necessariamente, uma base física. Colocando ainda que a “mobilidade e o dinamismo se traduzem num processo de decomposição e recomposição de espaços, que dá lugar à construção de identidades” (MOREIRA e GAVIRIA, 2002, p. 53).

2.3 BEM-VIVER E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DE COMUNIDADES RURAIS

O impacto da construção da Barragem do Castanhão, nos municípios de Jaguaribara e Jaguaratama, conforme Lima (2008, p. 14) alicerça, foi de cerca de 20.000 pessoas - das zonas urbanas e rurais - retiradas de suas casas que, devido a pressão popular e de movimentos como o MAB e demais lideranças locais, implantou-se cerca de 20 reassentamentos rurais nestes municípios, do qual, título de exemplo, Vila Mineiro, em Nova Jaguaribara, no interior do Ceará faz parte (LIMA, 2008).

Contudo, conforme consta na página da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do Ceará (SDA/CE), o Complexo Castanhão propiciou o “desenvolvimento” de três projetos. A implantação dos projetos produtivos nos perímetros irrigados das comunidades Mandacaru, Alagamar e Curupati. Um investimento que somou o montante de R\$ 40 milhões numa parceria entre BNDES, MDA e Governo do Estado através da pasta destinada (CEARÁ, 2015, *On-Line*). Escarnecendo a discrepância no tratamento destas comunidades que, conforme indicado acima, das mais de 20 comunidades implantadas, apenas 03 (três) receberam investimentos do Governo.

Entretanto, o que se constata com relação a postura do Governo do Estado é que, este, não preocupou-se em qualificar as demais comunidades, como no caso de Vila Mineiro - citada anteriormente - que, conforme dados expostos pelo Informações do Brasil (2022, *On-Line*) é que a renda média dos cerca de 500 moradores desta comunidade é de aproximadamente R\$ 182,84, frente a renda da comunidade Mandacaru, integrante do projeto Complexo Castanhão, que é de cerca de R\$ 246,31.

Dantas (2018. p. 7), coloca que “cabe a Psicologia problematizar sobre os meios de acessar essas realidades a partir dos modos de pesquisa implicados com a capacidade de acolher a alteridade, refletir sobre as relações saber-poder e efetuar o exercício da crítica”. Outro grande ponto a superar é dar notoriedade às precariedades que ainda marcam as condições de vida dos moradores de comunidades rurais.

Entre os fatores associados ao aumento de doenças em espaços rurais, podem ser citados como agravantes a degradação ambiental, exposição a agrotóxicos, alimentação inadequada, falta de espaços de lazer, baixo nível de apoio social, sobrecarga de atividade, uso de álcool, entre outros. Esses fatos nos expõem que ainda hoje existe uma priorização dos espaços urbanos em detrimento das zonas rurais, no que cerne a implantação e execução das políticas públicas para combater essas enfermidades sociais (DANTAS, 2018). Vez que, essas populações dispõem de pouco ou nenhum recurso no acesso aos cuidados em saúde e às redes de suporte social, como CRAS e CREAS, por exemplo.

Duarte e Sbardelotto (2021) indicam que a dimensão existencial não é levada em consideração na concessão de licenças ambientais para exploração e construção em determinadas áreas, como foi o caso na construção da Barragem do Castanhão. O êxodo de cerca de 20.000 pessoas, conforme apontou Lima (2008), mudou não só toda a geografia de uma região, mas, sobretudo, o modo de viver de centenas de milhares de pessoas. Não reconhecer esses indivíduos como detentores de direitos contribui para a manutenção dos fatores estressores e adoecedores e revela o descaso com as populações vulnerabilizadas com que o Estado e as elites tem tratado esses povos (DUARTE e SBARDELOTTO, 2021).

A incoerência que se revela, no que tange às ações das entidades jurídicas é o que, muitas vezes, leva ao adoecimento e desgaste emocional. Onde, na maioria delas, é o atingido que deve comprovar sua condição de sujeito violado, necessitando provar sua evidente condição de sujeito detentor de direitos, em muitas situações tendo que arcar com os custos dessas ações, o que onera e precariza sua sobrevivência, que já está adoecida. Situações como essas que expõem as consequências de um Estado mínimo, que se exime de seu papel de garantidor e mantenedor dos direitos dos cidadãos (DUARTE e SBARDELOTTO, 2021).

Historicamente ligada a forma de produção capitalista, a exclusão, em seu sentido mais amplo, hoje em novos modos de fazer, apresenta uma dupla face, conforme coloca Sawaia (2001, p. 44) “de um lado, a não inserção no mundo do trabalho se expressa pelo de que alguns contingentes (pela baixa qualificação), tornam-se ‘desnecessários economicamente’”. Colocados sob o estigma da precarização, por viverem em situações, muitas vezes, subumanas em relação aos padrões sociais ditos normais, abate-se sobre eles a ideia de que são perigosos e, por esse fator, descartáveis.

Lane (1994, p. 55) nos coloca que o trabalho “ao produzir a subexistência do homem, também produz o homem.” Trabalho e linguagem estão intrinsecamente relacionados à necessidade de cooperação entre os indivíduos na produção de seus meios de sobrevivência.

Esse trabalho deverá situar-se nas demandas contemporâneas da sociedade capitalista. Lane (1994), complementa ainda colocando que “o capital se apodera dos meios de produção, fazendo com que a mercadoria não seja apenas o produto fabricado, mas também a força de trabalho, e as próprias relações sociais decorrentes, no processo — em outras palavras, os homens se tornam mercadorias.” (LANE, 1994, p. 56).

3 METODOLOGIA

Adotou neste artigo a estrutura metodológica do tipo ensaio teórico enquanto delineamento da pesquisa qualitativa. Para Godoy (1995, p. 21), “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma resposta rigidamente estruturada”, mas, oportuniza ao pesquisador maior flexibilidade, vez que, este deve manter-se sempre alerta e aberto a refutar, corroborar e/ou alterar modelos anteriormente aceitos.

O estudo ensaístico é o método sobre como são apreendidos novos conhecimentos - científicos ou pré-científicos, não sendo um instrumento da identidade dualista entre sujeito/objeto, mas um meio para captar a realidade, sem dogmatizar em métodos ou sistemas fechados na compreensão dos objetos. Para Meneghetti (2011, p. 323), “O ensaio não requer um sistema ou modelo específico, pois seu princípio está nas reflexões em relação aos próprios sistemas ou modelos.”. É, então, um modo de apresentação textual, ratificando o posicionamento da autora, como um método que permite a exposição analítica de reflexões teóricas imbricadas do posicionamento crítico do autor (MENEGETI, 2011).

De acordo com Moreira e Caviria (2002), o entendimento da ruralidade passa pela compreensão da construção histórica e cultural de determinado espaço, enquanto que, o rural como um espaço diversificado, permitindo assim, ressignificar vários aspectos do rural em suas novas disputas narrativas. Dantas *et al.* (2018, p. 6) aposta no rural como “recorte fundamental de análise das particularidades e singularidades que atravessam o cotidiano de suas populações”. Considerando-se a complexidade das realidades que atravessam os contextos rurais, a pesquisa preocupou-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes em determinados cenários, apresentando-se assim, necessariamente, as variadas situações do contexto que se situa, divergências e conflitos característicos da situação social (GODOY, 1995). Enquanto ensaio teórico, é exatamente partindo da compreensão analítica do conceito de ruralidades, que a tessitura metodológica da sessão de resultados e discussão é construída, e da qual se apresenta algumas reflexões e tensionamentos sobre o objetivo deste texto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 NOTAS CONCEITUAIS SOBRE DECOLONIALIDADE E RURALIDADES

Atualmente, as formas de produção de identidade e de subjetividade tornaram-se objetos de grande importância nos estudos contemporâneos em Psicologia. Alves e Delmondez (2015), colocam que, na problematização para a ruptura do modelo de ciência e produção de conhecimento hegemônico, predominantemente eurocêntrico, em que a contação da história privilegiou uma narrativa centrada na cultura do homem branco-cis-hétero universal e, sobretudo, o que foi contado pela versão da história daqueles que “venceram”. Frente a isso, surge um conceito denominado decolonialidade que, tratam-se de perspectivas do conhecimento que falam sobre e partem das “margens”, não mais dos centros, contribuindo para o desenvolvimento de uma Psicologia realmente crítica e politizada.

Corroborando ao pensamento decolonial, Djamila Ribeiro (2019), mulher negra e filósofa brasileira, considera a linguagem como um mecanismo estrutural de manutenção de poder. Em sua obra intitulada Lugar de Fala, Djamila traz que "quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico." (RIBEIRO, 2019, p. 24). A autora afirma ainda que “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos.” No que concerne ainda a linguagem, Ribeiro (2019, p. 64), afirma que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir.”

Esse lugar de fala discutido por Ribeiro (2019) embora retrate a visibilização de sujeitos marcados por processos de submissão colonial, é importante considerar outras relações estruturais e funcionais que constituem uma lógica de determinação social que afeta diretamente os territórios invisibilizados pelas epistemologias eurocênicas (GIRARDI, 2019). Trata-se então, de considerar a dimensão estrutural de fatores que potencializaram a colonialidade em territórios latino-americanos e africanos como o racismo estrutural, a pobreza, a produção de lógicas de exploração de trabalho, da atualidade de violências de gênero e segregações espaciais. Já no âmbito dos fatores relacionais, destaca-se a produção de um modus operandi das sociabilidades de opressão e coloniais que reforçam a desvirtualização dos povos do sul, e conseqüentemente maximizam a premissa de uma individualidade universalizada (MIGNOLO, 2008; GOES; XIMENES; MOURA JUNIOR, 2015).

O conceito de universalização e unificação criados pelos principados (centrismos epistemológicos da Europa e EUA) do saber contemporâneo tentam, em seu âmago,

deslegitimar as vivências que transcendam às concepções por eles postas, como o que tem ocorrido com os contextos rurais que, por séculos foram invisibilizados. Na perspectiva de construir um discurso contra-hegemônico (decolonial), Silva e Macêdo (2021, p. 7), ressalta a "urgência de se romper com visões generalistas, simplistas e colonizadoras".

O interesse da Psicologia decolonial reside na articulação de perspectivas que compartilhem uma origem periférica para dar conta dos novos modos de subjetivação, que possam estar livres das amarras da necropolítica que instaurou-se sobre culturas neoliberais. Quando nas décadas de 60-70 se iniciou uma crise na Psicologia fazendo assim nascer uma Psicologia Social Comunitária, voltada para os atravessamentos dos povos latino americanos, foi necessário repensar os modos de fazer dessa ciência, haja visto que, esta não se inseria - há época - em contextos marcados por estruturas autoritárias e desigualdades econômicas abissais. Para as regiões ao Sul do Globo, este foi um período de grandes questionamentos à hegemonia imposta por um modelo psicológico produzido e voltado para o Hemisfério Norte (CASTRO; MAYORGA, 2019).

Mbembe (2018) traz o conceito de necropolítica como um sistema que tenta conceber os modos como o neoliberalismo controla, de forma ditatorial e cruel, quem vive e quem morre e/ou deixa de viver. Tal soberania reside no poder de controlar os modos de vida racializados, sobretudo de grupos vulnerabilizados e que estão em processo de sofrimento ético-político, afirmando que, no sistema capitalista predatório, em que governos e sociedade não se comprometem com o reconhecimento e validade das minorias, "ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade, definir a vida como a implantação e a manifestação de poder." (MBEMBE, 2018, p. 5).

É, então, a necropolítica uma gestão tecnológica da manutenção do fazer morrer em corpos que residem a lógica colonial da opressão. Para sustentar a premissa de uma soberania sobre os corpos negros, indígenas e originários, na América Latina foi se constituído uma produção de territórios em que a vida não podia ser cultivada, onde o silêncio da pobreza e da desvalorização da dignidade da vida era chancelada pela falta de assistência do Estado e pela falta de perspectiva de projeto de vida de populações rurais, por exemplo (GIRARDI, 2019).

Segundo o Atlas da Violência no Campo no Brasil (2020), as taxas de homicídios nas áreas rurais do país tiveram um aumento de 52,71%, entre os anos de 2007 e 2017. Ainda segundo o relatório, dos 10 estados mais violentos para as populações rurais, todos localizam-se nas regiões Norte e Nordeste, estando o Ceará na 8ª posição. Tais dados estão associados aos fatores socioeconômicos e culturais desfavoráveis que estas regiões enfrentam, como alto índice de analfabetismo e/ou baixa escolaridade, desemprego, dificuldades de

acesso às políticas públicas, entre outros. Também é válido associar tais índices aos vestígios de uma herança colonial em que os projetos de exploração predatória ainda vigoram nos dias de hoje e que ditam as formas como esses espaços se delimitam.

Somado ao conceito de necropolítica, o necropoder criado por Mbembe (2018) diz das afecções dos moldes políticos que subalternizam os modos de existir das minorias e dos grupos vulnerabilizados. Os corpos politizados, como os corpos negros, trans, periféricos, etc, quando privados de sua natureza mais elementar que é a de sujeito detentor de direitos e deveres, acaba por ferir o modo de subjetivação de determinados grupos. A formação do terror a qual Mbembe se refere diz sobre forma arbitrária que governos e burguesia controlam as vidas dos grupos inferiorizados por esse sistema, como o que vem se percebendo nas populações rurais que estão em processo de sofrimento ético-político. Em resumo, a necropolítica é o modelo sistemático da despolitização de corpos desviantes - vulnerabilizados/inferiorizados.

Referenciando, no que cerne ao Ceará, o município de Nova Jaguaribara, como exemplo, vemos a posição que o município ocupava, de acordo com o CENSO, em 2010, a 76ª colocação no *ranking* do IDH no Estado, ante às posições 57ª (CENSO, 2000) e 27ª (CENSO, 1991) (IBGE, 2022, *On-line*). O declínio no Índice de Desenvolvimento Humano, sobretudo, nos anos que sucederam a construção da Barragem do Castanhão - 2002, em Nova Jaguaribara que, ao contrário do que discursavam as lideranças políticas, para a construção do reservatório que lhes trariam desenvolvimento e riqueza, conota uma Jaguaribara que passou de terra prometida a terra comprometida, sucateando e subalternizado, principalmente, existências e a produção de subjetividades em contextos rurais.

O que concebia-se sobre ruralidades, até pouco tempo atrás, hoje em dia já não abarca mais as realidades deste campo. Ao adentrar na perspectiva rural a Psicologia deve entender que o “campo” possui dinâmicas próprias, diversidades de práticas e saberes específicos de cada região onde se inserem (MARTINS, 2020). Cada contexto rural deve ser levado em consideração singular, posto que seus modos de vida “estão atravessados por processos de precariedade, e vulnerabilidade social, e entender como, mesmo em contextos adversos, essas populações possuem, em seu cerne cultural, a capacidade de resistir a esses fatores” (MARTINS, 2020, p. 98-99).

A Região Nordeste, segundo dados do IBGE (PNAD-2015), concentra a maior parte da população rural no Brasil, cerca de 26,88% de toda a população que vive no campo, acima do número nacional que é de 15,28%. Contudo, quando observamos o crescimento populacional nas áreas urbanas e rurais do Ceará, o que percebe-se, de acordo com o Censo

2010, é um declínio da população rural nas últimas décadas, ao passo que, entre os anos de 2000 a 2010, enquanto a população urbana cresceu 1,78%, a população rural retraiu em -0,50%, o que em números absolutos representa 11.278 pessoas. Tomando, por exemplo, a cidade de Jaguaribara, a migração pode explicar-se devido a construção da Barragem do Castanhão, que fez com que parte da população rural acabasse migrando para a sede da nova cidade, fazendo com que o município figura-se, naquele período, em 1º lugar entre os dez com maior crescimento geométrico da população urbana e o 8º com maior perda do contingente populacional rural no Estado.

Herança dos tempos coloniais, a concentração de terras, os privilégios e o acúmulo de capital político por parte de uma pequena parcela da população no Brasil fez com que surgissem conflitos, entre burgueses e camponeses, para que, de um lado as minorias pudessem ter acesso aos meios de sobrevivência, e do outro, que as elites pudessem manter seu monopólio. A resistência da população rural a essa expropriação fez com que surgissem importantes organizações para a manutenção da luta pela busca de direitos das pessoas do campo, tais como; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outras. Sauer (DIMENSTEIN, *et al.*, 2016, p. 45), aponta que, esses movimentos sociais são, entre outras coisas, uma “expressão real da resistência, a constante atualização da demanda por terra, por direitos territoriais e por condições dignas de vida e trabalho no campo”.

Sendo uma região historicamente marcada pela seca, o nordeste brasileiro tem vivido nas últimas décadas, crises outras que não apenas a hídrica, a escassez de água afeta, conforme indica Leite e Dimenstein (2013), não apenas a esfera econômica e física das pessoas nessas zonas, mas também a afetiva e a emocional, causando impactos psicológicos diversos. Em períodos de estiagem, as relações interpessoais, como a comunicação, seriam afetadas, além do que, para as gerações mais novas, as dificuldades financeiras impostas pela seca fariam com que esses jovens buscassem os centros urbanos para melhorar suas condições de vida e de suas famílias.

De acordo com Girardi, *et al.* (2014), a maior parte do trabalho escravo no Brasil tem origem rural, e uma parcela significativa dos trabalhos análogos à escravidão, também são executados em espaços rurais. O autor coloca ainda que esta informação está duplamente ligada à questão da reforma agrária no Brasil. A mentalidade feudal dos agropecuaristas brasileiros faz com que, em pleno século XXI, mulheres, homens e crianças se submetam a condições desumanas, precarizadas e degradantes. De acordo com uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), quando perguntados sobre qual a

solução possível para o problema do trabalho escravo no Brasil, 59,6% dos libertos colocam que ter posse e acesso a terra e ao emprego seriam as condições necessárias para a extinção da escravidão.

A criação da Lei das Terras, em 1850, quando colocou como condição para posse a compra de terras, excluiu - intencionalmente - aqueles que não tinham poder aquisitivo ou o direito de possuir, ainda mais se levarmos em consideração que a lei antecede a abolição da escravatura no Brasil, que data de 1888, colocando quase quatro décadas entre uma lei que determina quem pode possuir e outra que determina que pessoas não são posses. Com estruturas racistas e exclusoras, a questão agrária brasileira foi pensada por e para os latifundiários e não para as populações rurais, forçando essas pessoas a trabalharem para esses “proprietários” que, sem dor nem pudor, constituíram um sistema que os auto favorecessem (DIMENSTEIN, *et al.*, 2016).

O fatalismo imposto às populações rurais no Brasil serve como um mecanismo de manutenção dessa estrutura de poder predatório. Os meios de acesso à água não podem considerar só a acessibilidade, mas a usabilidade deste bem, vez que, em muitos casos a água ofertada é inapropriada para o consumo humano ou não passa por nenhuma espécie de tratamento, causando inúmeras doenças. Quando observamos o Nordeste notamos que a região é a que apresenta a menor cobertura diária de abastecimento, cerca de 69% dos nordestinos não possuem água encanada todos os dias em suas residências. Já com relação ao acesso à rede geral de esgoto, o Nordeste apresenta a segunda pior classificação - ficando atrás apenas da região Norte - tendo apenas cerca de 47,2% dos domicílios com esse tipo de acesso (PNAD-C, 2019).

A produção de alimentos está no topo mundial no consumo de água doce, observa-se que a agricultura consome cerca de 70% deste recurso (ALVES e RABELO, 2018). Ao considerarmos que a agropecuária e agricultura brasileira, com o apoio e incentivo do Governo, voltam-se para a plena exportação de alimentos para o exterior, devemos pontuar que se de um lado acaba por beneficiar e incentivar a super concentração de terras e exploração irracional da água doce, por outro lado, precariza e despotencializa outros modos de produção em menor escala, como a agricultura familiar que abastece maior parte do consumo nacional. Em regiões de clima mais árido, como no Nordeste brasileiro, a população mais carente e vulnerável vai ser sempre aquela que encontrará maior dificuldade de acesso à água potável.

4.2 TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS EM PRODUÇÕES DE SUBJETIVAÇÃO NOS ESPAÇOS RURAIS

A perspectiva decolonial em contextos de ruralidades visa romper e superar a dialética do oprimido e a cultura do silêncio que foram historicamente impostas às populações rurais. Culturalmente, os opressores do Nordeste construíram, ao longo dos séculos, um sentimento de dívida entre os oprimidos (sujeitos violados/vulnerabilizados), como pode-se perceber na estrutura de poder coronelista que ainda vigora na região. Ao aposar-se dos governos e tornarem estes, em muitos casos, “negócio de família”, os coronéis institucionalizaram práticas desumanizadoras que corroem a dignidade dos menos privilegiados. Freire (1970), coloca que “os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1970, p. 20).

Costa e Mendes (2020, p. 685) colocam que, ao tratar da doutrina fatalista é preciso que “o conceito e seu escrutínio sejam defrontados com a realidade, entendendo que não se trata de qualquer realidade, mas a brasileira e suas especificidades”. As reverberações do fatalismo podem ser observadas nas mais diversas esferas que atravessam os indivíduos de uma dada realidade, como sua dimensão afetiva, cognitiva e cultural, por exemplo. Na música composta em 1960 por Waldeck Artur de Macedo (Gordurinha) e Nelinho, posteriormente consagrada na voz de Luiz Gonzaga, intitulada “Súplica Cearense” denota-se esse sentimento da internalização de uma culpa irracional que possuem boa parte do povo nordestino, como pode-se perceber no trecho que se segue:

*Óh Deus, se eu não rezei direito o Senhor me perdoe
Eu acho que a culpa foi
Desse pobre que nem sabe fazer oração*

*Meu Deus, perdoe eu encher os meus olhos de água
E ter-lhe pedido cheinho de mágoa
Pro sol inclemente se arretirar*

*Desculpe eu pedir a toda hora pra chegar o inverno
Desculpe eu pedir para acabar com o inferno
Que sempre queimou o meu Ceará.*

A ideia desse destino fatalista a que os nordestinos estão predestinados, de sofrimento, castigo, súplica, etc, é desenvolvido por Baró (*apud*, Costa e Mendes, 2020) quando o autor o entende mais como um conformismo do que propriamente uma fatalidade. Ao analisar os contextos históricos da formação dos povos latinos-americanos, de guerras, fome, violações,

explorações, ditaduras, entende-se que a aceitação do estado das coisas como estão contribui diretamente para a perpetuação desses sofrimentos, desconsiderando o caráter dialético das múltiplas realidades que atravessam as comunidades vulnerabilizadas, como as comunidades rurais (COSTA e MENDES, 2020).

Quando Castel (2000), aborda a precarização dos indivíduos colocando o trabalho, sobretudo o assalariado, como objeto de manutenção do *status* precarizado, remete-nos a significação desta palavra onde é válido pontuar que, etimologicamente, emprego (palavra que se origina do latim), significa; enlaçar, impedir, confundir, etc. Trazendo um caráter utilitário ao indivíduo que, visto como um “utensílio” para a produção e geração de riqueza para as classes burguesas, o trabalho, mesmo indispensável, sempre foi uma condição miserável e indigna, que habita na dimensão mais íntima das pessoas. Quando questionado sobre quem é esse sujeito que trabalha, Castel (2000, p. 241-242) coloca: “é o escravo quando há escravos, é o servo quando há servos, é o camponês curvado sobre a sua terra”.

Para Freire (1970), essa relação simbiótica que se desenvolveu entre oprimidos e opressores faz crer que, para superar sua condição de desalento, de oprimido, é preciso oprimir, pois, estando alienados do real sentido da libertação, estes só podem atuar de acordo com os modelos que lhes são dispostos. Ainda de acordo com o autor, o ideal de um oprimido é ser homem, mas “para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade” (FREIRE, 1970, p. 21).

Em uma sociedade com sistema capitalista predatório e autodestrutivo como a que se impera no Brasil do século XXI, a finalidade dos indivíduos de grupos vulnerabilizados, como negros, pobres, mulheres, LGBTQIAP+, nordestinos, entre outros, são delimitadas por e para o sistema. Coisificados pelas classes burguesas e, na maioria das vezes, descartados quando não atendem mais às expectativas dessas classes, grupos inteiros de pessoas passam a ser tratados como objetos alienados. Alienar-se nessa condição seriam não estar consciente de seus direitos políticos enquanto sujeitos detentor desses, e para contrapor-se a essa lógica opressora, Freire (1970), coloca que é preciso crer no povo e que essa crença “é a condição prévia, indispensável, à mudança revolucionária. Uma revolucionária se reconhece mais por esta crença no povo, que o engaja, do que por mil ações sem ela” (FREIRE, 1970, p. 31).

Na perspectiva que estas comunidades rompam com suas amarras, posicionar-se como protagonista do processo de mudança/transformação seria condição indeclinável para a superação da cultura do silêncio que se estabeleceu nestas. Todo processo reivindicatório deve pontuar-se, quando pretende-se a libertação das pessoas, em uma postura horizontalizada,

agindo “com” a comunidade e não “para” a comunidade, necessitando reconhecer que toda liberdade alcançada por estes grupos que, historicamente foram marginalizados e estigmatizados, foi uma conquista e não uma “doação” ou ato de caridade e benevolência dos sistemas opressores (FREIRE, 1970). O eufemismo que algumas narrativas históricas adotam quando relatam certos episódios da história da humanidade pretendem, acima de tudo, perpetuar a estruturação de práticas despotencializadoras e exclusoras, como no caso do racismo; quando diz-se que a liberdade de pessoas pretas escravizadas foi “dada” através da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, tenta, na verdade, apagar as lutas históricas de homens e mulheres pretas que deram suas vidas pela liberdade.

Em contextos de ruralidades a cultura do silêncio se estabelece, em parte, através das práticas coronelistas que ainda vigoram na Região Nordeste, como a cultura do voto cabresto e os currais eleitorais pois, nessa perspectiva, para às classes burguesas, as minorias não são vistas como sujeitos detentores de direitos, mas seres animalizados que servem apenas ao propósito de eleger seus algozes, desumanizando-os. No que cerne o Ceará, ao notarmos que os mesmos clãs familiares governam o Estado há décadas, diz sobre a “eficácia” desse modelo político déspota. Mansur (2020, p. 7) aponta que “a hipertrofia do poder privado e a fragilidade da ordem pública talvez sejam manifestações de uma realidade bem mais complexa”. Contudo, Freire (1970), coloca que, apenas o ato de reconhecer seus opressores, não implica a libertação dos sujeitos, mas apenas quando “superam a contradição em que se acham, quando o reconhecer-se oprimidos os engaja na luta por libertar-se” (FREIRE, 1970, p. 23).

Para garantir também a superação da opressão é necessário fomentar o desenvolvimento de comunidades. Para Góis (2005), este processo está intrinsecamente ligado à inserção dos sujeitos na realidade comunitária, vendo-os não como espécies exóticas ou experimentais, mas como sujeitos em processo de subjetivação. A mudança instrumental nas comunidades não seria, nesse sentido, a força motriz para uma transformação nestes espaços, nem tão pouco trabalhar com a perspectiva de ajustamos sociais à ideologias, em sua maioria, mercadológicas, dominantes. É preciso perceber as comunidades em suas máximas potencialidades, ao invés de espaços que precisam de uma “intervenção milagrosa”, deve-se perceber que é possível, de acordo com as condições da própria comunidade, desenvolver práxis atuais e potenciais.

Para dar conta das múltiplas realidades que atravessam cotidianamente os diferentes conceitos de comunidade, a Psicologia precisa propor-se a pensar uma prática significativa, compreendendo a necessidade dos moradores a partir de uma inserção participativa e não

apenas observativa. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária estaria, em seu âmago, voltada para essas questões, pois, como Góis (2005, p. 60) coloca, “a Psicologia Comunitária estuda o modo de vida da comunidade e do município e de como este se reflete e muda na mente de seus moradores e o compromisso o Psicólogo Comunitário tem com a coletividade que estuda e/ou atua”.

A chegada de um novo século trouxe, sobre a ótica científica, uma nova concepção sobre o que entendemos por ruralidades. Perceber o rural como um espaço de heterogeneidades é reconhecer e valorizar as produções de subjetividade que nele se desenvolvem. Ao se tentar romper com a lógica binária, e reducionista, de um rural que se opõe, pejorativamente, ao urbano, o que se busca é, em si, não aprofundar as diferenças abissais que existem entre esses espaços, mas construir pontes que possam, antes de mais nada, garantir e possibilitar que as condições psicossociais dos modos de vida rural possam coexistir, nesse sentido reconhecer o rural não perpassa por negar o urbano, mas entender ambos como espaços de subjetivação. Para Medeiros (2017, p. 184) “ esta nova ruralidade pressupõe reconhecer o rural em suas relações internas e específicas e também com o urbano, compreender seus contornos, especificidades e representações”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rural, como espaço que foi historicamente relegado, tido como sinônimo de atraso, retrocesso, incapacidades, entre outros estigmas, necessitou, através de lutas históricas, reconfigurar sua imagem, importância e necessidade. Romper com os a priori, inclusive da própria Psicológica, que tinha seu agir e pensar ainda muito voltado para o urbano, foi e é um grande desafio na compreensão das novas ruralidades. Além de que, a aproximação das questões ambientais foi crucial na reconfiguração daquilo que representa o rural para o Brasil, para o Nordeste e para o Ceará.

Este ensaio encontrou, inicialmente, algumas dificuldades de encontrar na literatura disponível, constructos que realmente adotassem a perspectiva da ruralidade olhando a partir dela, com criticidade. Contudo, o que se pode perceber é que houve um aumento significativo na produção científica sobre as ruralidades, o que soma positivamente, mas ainda são baixas se considerarmos a amplitude do rural como um campo de estudo.

No que concerne à Psicologia propriamente dito, percebe-se que já há em andamento um processo de reformulação do seus modos de atuação, a Psicologia Comunitária chega com o peso e o rigor que são necessários para entender o desenvolvimento da esfera biopsicossocial e espiritual dos povos das zonas rurais. Ainda não temos uma Psicologia

Rural como a que se almeja, mas é possível perceber que esta semente começa a germinar em um solo muito fértil.

Já no que diz respeito à desintegração comunitária em comunidades rurais, é possível constatar, com base no referencial aqui abordado, que o que os povos rurais têm enfrentado é um completo estado de sofrimento ético-político e que se ações mais afirmativas não forem adotadas, com a melhoria das políticas públicas, voltadas para esse campo, uma melhor oferta e uma maior acessibilidade a serviços básicos, estaremos, enquanto sociedade, sedimentando todo um modo de existir. O processo desintegrador encontra-se em pleno desenvolvimento, mas não às custas de passividades e permissividades, pois, na medida em que se percebe o rural como um espaço suscetível a esse tipo de violações, devemos reconhecer este também como um espaço de resistência, com lutas e reivindicações que constantemente sofrem atualizações, o que diz que este é um espaço vivo, dinâmico e pujante.

Quando Sawaia compara às artimanhas da exclusão social que atravessam comunidades vulnerabilizadas, às engrenagens do *apartheid*, é preciso pontuar que, assim como no movimento segregacionista sul-africano houveram lutas e resistências tantas que se conseguiu superar esse sistema extremista, no rural o mesmo tem acontecido. Os povos de comunidades rurais têm apresentado resistência, perseverança e têm se reivindicado a seu lugar de destaque, assumindo uma postura ativa no seu processo de transformação. Mas, as omissões do Estado são tantas que é preciso que a luta seja permanente, não possibilitando que as rodas que fazem as engrenagens da exclusão girar continuem esmagando e destruindo vidas inteiras sem sofrer nenhum tipo de penalidades.

Todo processo reivindicatório tem um longo trajeto de lutas históricas, assim o foi com as questões raciais, de diversidade de gênero e sexualidade, etnias, entre tantas outras. Nesse sentido, é possível apostar que a luta é certa, a transformação também, precisamos aumentar a representatividade política, articular e desenvolver lideranças, mobilizar comunidades para assim, construir uma realidade mais equânime, justa e acessível.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2011.

DE CASTRO, R. D.; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1–18, 2019.

CEARÁ. **Projetos do Complexo Castanhão proporcionam desenvolvimento da região**. Disponível em:

<<https://www.sda.ce.gov.br/2015/06/12/projetos-do-complexo-castanhao-proporcionam-o-desenvolvimento-da-regiao/>>. Acesso em: 12 de jun de 2022.

DANTAS, Candida Maria Bezerra, *et al.* A Pesquisa em Contextos Rurais: Desafios éticos e metodológicos para a Psicologia. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte-MG, v. 30, p. 1-10, 2018.

DUARTE, Daniele Almeida; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner (org.). **Barragens e seus Impactos Psicossociais**. Paranaíba. Editora EduFatecie. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *et al.* Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia**. v. 2. n. 4. 2014.

GIRARDI, Enzo. **Capitalismo necropolítico y razón tecnoliberal**: Encrucijada y distopía en América Latina. In: 1º Congreso Internacional de Ciencias Humanas - Humanidades entre pasado y futuro. Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, Gral. San Martín, 2019. Disponível em

<<https://www.aacademica.org/1.congreso.internacional.de.ciencias.humanas/1458>> Acesso em 01/11/22.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun., 1995.

GORDURINHA e NELINHO. **Súplica Cearense**. 1984. Duração 02:55 min. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/suplica-cearense.html>. Acesso em: 15 de nov. de 2022.

GOES, Nara Albuquerque; XIMENES, Verônica Moraes; MOURA JR, James Ferreira. Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. **Teoría y Crítica de la Psicología**, n. 6, p. 140-161, 2015.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza/CE. Instituto Paulo Freire do Ceará. 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jaguaribara**. c2022. Página inicial. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribara/historico>>. Acesso em: 11 de jun de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano - Jaguaribara/CE**. c2022. Página Inicial. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jaguaribara/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 16 de out. de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Rural e Urbana**. c2022. Página Inicial. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,brasileiros%20vivem%20em%20%C3%A1reas%20rurais>. Acesso em: 09 de nov. de 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua 2019: abastecimento de água no Centro-Oeste volta ao patamar antes do racionamento**. Página Inicial. On-line. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27595-pnad-continua-2019-abastecimento-de-agua-no-centro-oeste-volta-ao-patamar-antes-do-acionamento#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Norte%20manteve%20em,e%20Nordeste%20\(412%20mil\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27595-pnad-continua-2019-abastecimento-de-agua-no-centro-oeste-volta-ao-patamar-antes-do-acionamento#:~:text=A%20Regi%C3%A3o%20Norte%20manteve%20em,e%20Nordeste%20(412%20mil)). Acesso em: 15 de nov. de 2022

INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Vila Mineiro, Jaguaribara-CE**. 2022. Página Inicial. Disponível em: <<https://informacoedobrasil.com.br/rua/ce/jaguaribara/vila-mineiro+1525/>>. Acesso em: 11 de jun de 2022.

IPECE Informe. **Algumas evidências na mudança do perfil populacional no estado do Ceará na última década**. Fortaleza. nº3, 2011.

LANE, Sílvia T. M. **O que é uma Psicologia Social**. 22ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense. 2006.

LEITE, Jáder Ferreira, *et al.* Condições de Vida, Saúde Mental e Gênero em Contextos Rurais: Um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro. **Avances en Psicología Latinoamericana**. Bogotá (Colômbia). v. 35, n. 2, p. 301-316, 2017.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. (orgs.). **Psicologia e Contextos Rurais**. EduFRN. Natal/RN. 2013.

LIMA, Roberto. Mundar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará. **Avá. Revista de Antropologia (on-line)**. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169013837003>>. Acesso em 11 de jun de 2022.

MARTINS, Cícera M. da S. S.. Afetividade em contextos de desapropriação: impactos psicossociais das obras do cinturão das águas do Ceará em comunidades rurais do município do Crato-CE. Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

MANSUR, João Paulo. Terras adubadas com sangue: O coronelismo de Terras do Sem Fim. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 36. n. 105. 2020.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Novas reflexões sobre a " ideia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.
<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000200004>

MOREIRA, José Roberto; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 47-72, abr., 2002.

OBORG, Lurdes Perez. O conceito de comunidade: Problematização a partir da psicologia comunitária. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 709-728, mai./ago., 2018.

OLIVEIRA, Fabrício Porto de, *et al.* Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. **Psicologia: Teoria e Prática**. Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 147-161, 2008.

PACHECO, Fábio P.; MARTINS Cícera M. da S. S.; BOMFIM, Zulmira Á. C. Contribuições da Psicologia para a Análise de Desapropriações de Comunidades dos Espaços Urbano e Rural Cearenses. **Revista de Psicologia Fortaleza**, v. 11, n. 2, p. 178-188, jul./dez., 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Pólen. São Paulo. 2019.

SAWAIA, Bader (org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª edição. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 2001.

SILVA, Brisana Í. do Brasil de M.; MACÊDO, João Paulo. Povos Indígenas no Brasil e a Descolonização da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2021, v. 41

SILVA, K. B. E.; MACEDO, J.P. Psicologia e ruralidade: reflexões para formação em psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, p. 97-120, 2019.